

Brasil



CHUVAS EM SÃO PAULO
Cidade entra em estado de atenção
Centro de Gerenciamento de Emergências em 11 a alerta na manhã de ontem



BAIXA EFETIVIDADE

Direitos Humanos gasta só 56% da verba e tem derrotas até no governo

JULIANA NOVA
jnova@oglobo.com.br

Enquanto enfrenta dificuldades para avançar em temas-chave, o ministro dos Direitos Humanos, Silvio Almeida, deixou de investir em pautas que defendeu ao assumir o posto, como proteção de grupos marginalizados e crianças e adolescentes. A pasta tem o quarto menor orçamento da Esplanada dos Ministérios, e mesmo assim, liberou apenas 56% dos R\$ 442 milhões reservados para 2023, segundo dados do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Sisop). A limitação de recursos, a baixa execução orçamentária e os entraves na articulação política são apontados como desafios por especialistas.

Filósofo e professor com vasta experiência acadêmica, Almeida foi convidado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva com o intuito de levar mais pluralidade à Esplanada e com a promessa de reconstrução das políticas de combate à violência e à tortura. Porém, ele fechou o ano com poucas entregas em pautas centrais, como a recriação da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, encerrada no governo Bolsonaro. O ministro já defendeu a retomada do grupo, mas a resistência nas Forças Armadas teria deixado a medida em banco-maria.

PARECERES IGNORADOS

Em outra frente, o Planalto ignorou pareceres do ministério. Um deles defendia a inclusão de "locais de natureza religiosa" no rol de estabelecimentos obrigados a seguir o protocolo do "Não é Não", de proteção a vítimas de violência doméstica. Em outubro, a pasta defendeu o veto integral ao texto do marco temporal para a demarcação de terras indígenas, sancionado parcialmente pelo Planalto. A Lei Orgânica das Polícias Militares também foi alvo de divisão. Os Direitos Humanos criticaram pontos do texto, mas Lula seguiu parecer da pasta da Justiça.

Na Câmara, Almeida foi al-



Pelo caminho. Silvio Almeida diz que deitou de fora de investir em pautas defendidas ao assumir o posto, como proteção a grupos marginalizados e crianças e adolescentes

AS CIFRAS DO MINISTÉRIO

ORÇAMENTO DA PASTA

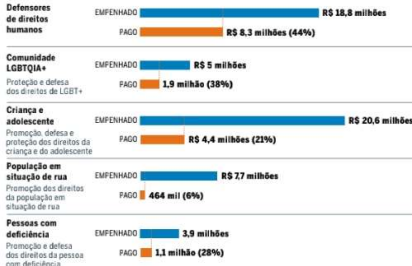
Em 2023

Quarto menor orçamento da Esplanada dos Ministérios
R\$ 466 milhões
(0,023% do Orçamento de 2023)

Em 2024 (previsto)

Quarto menor orçamento da Esplanada dos Ministérios
R\$ 502 milhões
(0,024% do Orçamento previsto para 2024)*

ÁREAS PRIORITÁRIAS DO MINISTÉRIO



*Dados consolidados em 25 de janeiro

CONTINUA NA PÁGINA 9

a recriação da Comissão de Anistia, sucateada na gestão Bolsonaro, ainda em janeiro, seguindo a promessa de Almeida em sustentar a luta por "memória, verdade e justiça". A nova composição retirou militares e incluiu perseguidos políticos, e passou a revisar atos do governo passado. O colegiado fechou o ano com pelo menos mais dez indenizações de pagamento permanente e 34 de prestação única. No campo internacional, Almeida pleiteou uma vaga na Comissão de Direitos Humanos da ONU, retomando uma agenda que Nascimento descreve como "democrática".

NO PAPEL

Apesar disso, as limitações na execução do orçamento repercutiram ações do ministério. O programa de Proteção a Testemunhas Ameaçadas, principal guarda-chuva da pasta, teve, em 2023, quase o dobro do recebido, por ano, desde 2019. Foram reservados R\$ 25,5 milhões para a ação, valor que antes não superava os R\$ 15 milhões anuais. No entanto, 44% do total não foram aplicados. — É um ministério com baixo orçamento e precisa atender demandas históricas. No entanto, fica evidente que há uma execução precária — diz Murilo Viana, ressaltando que a verba empenhada, ou seja, reservada para gastos, que não foi paga, fica como resto a pagar para o ano seguinte.

A recriação do Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos foi amparada por R\$ 18,8 milhões reservados para gastos em 2023. Porém, apenas R\$ 8,3 milhões foram convertidos em política pública. Programas de proteção da população em situação de rua também não tiveram eco na aplicação do orçamento: foram empenhados R\$ 7,7 milhões, mas apenas R\$ 464 mil (6%) foram utilizados. O mesmo ocorreu no amparo à população LGBTQI+. Só R\$ 1,9 milhão foi aplicado, ante o previsto de R\$ 5 milhões, já em relação à criança e ao adolescente, foram liberados R\$ 4,4 milhões do pouco mais de R\$ 20 milhões empenhados. O ministério disse ao GLOBO que seu foco em 2023 foi reconstruir a pasta e formular planos nacionais. Também enfatizou que executou o orçamento para o ano e que valores não pagos entram como restos a pagar em 2024. A pasta apontou que o principal programa para a população em situação de rua (Plano Ruas Vivas) foi lançado em dezembro.

ANTÔNIO GOIS



O longo caminho do PNE

A Conferência Nacional de Educação, que ocorre em Brasília, é apenas um primeiro passo neste ano até a aprovação de um novo Plano Nacional de Educação (PNE) para o período 2024-2034. O encontro reúne representantes e entidades do campo educacional, sob coordenação do Fórum Nacional de Educação (FNE), instância criada em 2010, no segundo mandato de Lula,

para ser um espaço de interlocução entre a sociedade civil e o Estado brasileiro. Estabelecer canais de diálogo e interação da sociedade com o governo é um objetivo nobre e necessário. Na prática, porém, a qualidade e a capacidade dessas instituições de influenciar políticas públicas dependem muito do Executivo, que pode, inclusive, alterar a composição do FNE. Foi o que fez em 2017 o então ministro Mendonça Filho, durante o governo Temer, sob protestos de entidades que perderam assentos conquistados nas gestões petistas.

O documento referência da Cnae gerou reação das bancadas evangélica, do agronegócio e da segurança pública. Era esperado, já que defende, entre outros pontos, a desmilitarização das escolas e "um freio ao avanço de processos e tentativas de descriminalização da educação domiciliar (...). É a intervenção do movimento Escola Sem Partido e de diversos grupos que desejam promover o agronegócio por meio da desação (...).". O texto cita ainda "retrocessos na agenda nacional, iniciados no governo Temer e aprofundados na gestão Bolsonaro", que "acumularam políticas, programas e ações neo-

liberais, ultraconservadoras, como expressões hegemônicas do ideário da extrema direita".

Entre as deliberações finais da Cnae e a aprovação de um novo PNE, porém, há um longo caminho. A começar pelo fato de que o governo federal não necessariamente endossará todas as propostas. Por exemplo, na questão do financiamento, um dos pontos mais cruciais e sempre debatidos do PNE, o documento realinha a defesa de 10% do PIB na educação (hoje em torno de 5%) e sugere "limitar o pagamento de juros, encargos e amortização da dívida pública a um valor equivalente a 70% da média que foi paga nos últimos cinco anos, realizando a renegociação dos 30% restantes do anexo vigente, com alongamento dos prazos de pagamento". A ver qual será a posição da área econômica.

A partir do momento em que o governo federal apresentar oficialmente sua proposta de PNE ao Congresso, começa outra etapa

mais desafiadora. Vale lembrar que as discussões que geraram o atual plano (2014-2024), por exemplo, foram feitas durante o primeiro mandato de Dilma Rousseff, quando a presidente ainda mantinha (afora o turbilhão das Jornadas de Junho) a aprovação popular e uma base parlamentar mais sólida do que hoje. Mesmo assim, todas as menções de "gênero" foram suprimidas do texto final, por pressão da bancada conservadora, que hoje está mais forte e organizada.

Porém, a etapa mais crítica vem mesmo depois da aprovação. Nesse quesito, os dois planos anteriores colecionaram mais fracassos do que êxitos, com a maioria de metas não alcançadas. Como não há nenhuma consequência pelo seu não cumprimento, a principal força do PNE está na capacidade de indução no caminho de uma política de estado. Nesse sentido, um dilema a ser enfrentado é o quanto de concessão deve ou não ser feito nos debates legislativos em busca de consensos mínimos, mais amplos possíveis, que facilitem a adesão de um maior número de atores políticos aos objetivos principais do plano.